

MORTE DE ANÍSIO TEIXEIRA A CAMINHO DE SER ESCLARECIDA

João Augusto de Lima Rocha¹

Resumo: Apresenta-se o estado das investigações desenvolvidas pelo autor, desde 1988, na busca de esclarecimento para a morte do educador Anísio Teixeira, ocorrida em março de 1971, no momento mais duro do enfrentamento entre os movimentos democráticos e populares e a ditadura militar que destituiu o governo democraticamente eleito do presidente João Goulart, em 1964. Inicialmente, faz-se uma apresentação sumária da atuação de Anísio na organização do movimento nacional de reconstrução educacional proposto no histórico Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932. Por fim, apresenta-se importante resultado da pesquisa sobre a morte do educador, em que demonstra-se a falsidade da versão oficial da morte, atribuída a uma queda em fosso de elevador, no Rio de Janeiro. De fato, mostra-se que seu corpo foi colocado no fundo do fosso de um elevador, para simular queda que não ocorreu.

Abstract: The state of the investigations developed by the author, since 1988, in search of clarification for the death of educator Anísio Teixeira in March 1971, at the most difficult moment of confrontation between democratic and popular movements with the military dictatorship, which dismissed the democratically elected government of President João Goulart in 1964. Initially, a summary presentation is made of Anísio's performance in the organization of the national movement for educational reconstruction proposed in the historical *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* in 1932. Finally, there is an important result of the research on the educator's death, in which the official version of his death attributed to a fall in the elevator pit in Rio de Janeiro is shown to be false. In fact, it is shown that his body was placed in the bottom of an elevator pit, to simulate a fall that did not occur.

Palavras chave: Anísio Teixeira, ditadura militar no Brasil, história da educação, direitos humanos

Keywords: Anísio Teixeira, military dictatorship in Brazil, history of education, human rights

1. Introdução

Apresenta-se, neste trabalho, tudo o que, até o momento, conseguiu-se reunir sobre o episódio, ainda pendente de explicação completa, da morte de Anísio Teixeira.

Antes havia a compreensão de que a atuação deliberadamente não-partidária de Anísio Teixeira, durante toda a vida, seria a razão para que a ditadura militar instalada em 1964 não tivesse interesse em persegui-lo. No entanto, ele sempre incomodou setores conservadores, por conta de sua intransigente defesa da escola pública como instrumento de democratização de oportunidades na sociedade. Apresenta-se, preliminarmente, para evidenciar esse aspecto, um histórico da atuação do educador no processo da reconstrução educacional brasileira, que teve no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, um programa consistente de atuação nacional.

Após aposentado compulsoriamente pelo regime militar, em 1964, Anísio vivia, em 1971, entre a cidade do Rio de Janeiro e um pequeno sítio em Itaipava - RJ. Sua morte

¹Professor aposentado da UFBA e membro do Conselho Curador da Fundação Anísio Teixeira. E-mail: jrjoaroch@gmail.com.

ocorreu em março daquele ano, no auge da repressão política levada a efeito pela ditadura militar de 1964.

A direção da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Rio) sempre colocava suas instalações à disposição do educador para, quando desejasse, apresentar ao público algum trabalho, já que continuava a produzir ativamente, no campo intelectual.

Após pronunciar uma conferência na FGV, de lá saiu, a pé, próximo ao meio dia de 11 de março de 1971, com destino ao apartamento de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, mas não chegou para o almoço marcado com Aurélio. Desaparecido por dois dias, seu corpo foi encontrado, dois dias depois, no fundo do fosso do elevador do bloco do Edifício Duque de Caxias onde ficava o apartamento 43, do dicionarista, na Rua Praia de Botafogo 48, Rio de Janeiro.

Em meio a um ambiente de total falta de liberdade para a investigação independente, a versão que se consolidou, foi que o educador perdeu a vida em consequência de queda acidental em um fosso de elevador. A despeito da fragilidade dessa versão, parte da família de Anísio Teixeira adquiriu a convicção de que ele não morreu em consequência de um acidente. Parte da família, entretanto, por temor, optou por não incentivar a busca da verdade sobre a morte do educador. Isso fez com que, somente a partir do final da década de 1980, por conta de mera casualidade, tal como à frente se verá, a investigação viesse a ser retomada.

Recentemente, com a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), na gestão da Presidenta Dilma Rousseff, conseguiu-se significativo progresso na investigação. A despeito de a CNV não ter apresentado resultado conclusivo, o material recolhido por ela, recentemente repassado à família do educador, permitiu que se chegasse à prova definitiva de que Anísio não caiu, nem foi empurrado, para dentro de um fosso de elevador, como assevera a versão da ditadura militar. A contribuição do presente trabalho é mostrar que a versão oficial sobre a morte de Anísio Teixeira é absolutamente falsa.

O estado atual da investigação foi revelado ao público, pelo autor, em solenidade realizada no dia 11 de março de 2016, em Salvador – BA, sob os auspícios da APUB Sindicato, para marcar os 45 anos do desaparecimento de Anísio Teixeira. Falta, agora, descobrir quem o matou, onde morreu e em que circunstâncias.

Pretende-se apresentar neste trabalho, inicialmente, embora sem excessivo detalhamento, a extensa e significativa contribuição educacional e cultural de Anísio Teixeira, na luta pela implantação da escola pública, universal e gratuita, em nosso país. O objetivo

dessa apresentação é evidenciar as potenciais razões para que os golpistas de 1964 pretendessem eliminá-lo. Em segundo lugar, apresenta-se uma descrição da situação política do país, no momento do desaparecimento do educador e, por fim, faz-e uma apresentação resumida das investigações realizadas pelo autor, desde 1968, quando o autor passou a reunir material e informações sobre o assunto.

Ainda que não completamente esclarecidas as circunstâncias que envolvem a morte de Anísio, o que se conseguiu descobrir, mostrado aqui em primeira mão, garante que a versão oficial vigente sobre a morte de Anísio não passou de uma farsa. Após tal certeza, resta a apuração das responsabilidades e das verdadeiras circunstâncias em que se deu a eliminação física de Anísio Teixeira. Acredita-se que os elementos aqui apresentados sirvam de subsídios para a continuidade da investigação, até que esteja completamente esclarecida a morte do mais importante educador brasileiro. Espera-se que todos assumamos essa reponsabilidade, inclusive o estado brasileiro, cujo Ministério Público (MPF) e a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos da Presidência da República já receberam cópias do Relatório elaborado pelo autor.

2. A conexão entre educação pública e democracia, na obra de Anísio Teixeira

Começa-se com o discurso (Rocha, 2002) pronunciado na Assembleia Constituinte da Bahia, em 1947, com o título de *Autonomia para a Educação na Bahia*. Nesse pronunciamento, Anísio fundamenta, em termos bastante avançados para a época, a necessidade de que o controle dos serviços de educação deveria ficar fora da atribuição do poder executivo estadual. A proposta foi incluída na Constituição baiana, em 1947, mas a lei que a regulamentava foi protelada por mais de uma década em meia.

Encaminhado à Assembleia Legislativa, o projeto de Lei Orgânica da Educação Baiana previa a criação de um fundo estadual de educação, além de fundos municipais, onde isso fosse possível, sendo todas as decisões referentes à educação, não mais atribuídas ao secretário de educação do estado, mas ao Conselho Estadual de Educação. A Lei Orgânica chegou a ser aprovada, com alterações, em 1963, no governo de Antonio Lomanto Júnior (1963-1967). A autonomia foi implantada, porém teve vida curta, pois Luiz Viana Filho, o sucessor de Lomanto, empenhou-se contra ela e conseguiu sua revogação.

Anísio, assim justifica, no referido discurso, a ideia de autonomia para a educação:

Todos os regimes – desde os mais mecânicos e menos humanos – dependem da educação. Mas a democracia depende de se fazer do filho do homem – graças ao seu incomparável poder de aprendizagem – não um bicho ensinado, mas um homem. Assim embora todos os regimes dependam da educação, a democracia depende da

mais difícil das educações e da maior quantidade de educação. Há educação e educação. Há educação que é treino, que é domesticação. E há educação que é formação do homem livre e sábio. Há educação para alguns, há educação para muitos e há educação para todos. A democracia é o regime da mais difícil das educações, a educação pela qual o homem, todos os homens e todas as mulheres aprendem a ser livres, bons e capazes. Nesse regime, pois, a educação, faz-se o processo mesmo de sua realização. Nascemos desiguais e nascemos ignorantes, isto é, escravos. A educação faz-nos livres pelo conhecimento e pelo saber e iguais pela capacidade de desenvolver ao máximo os nossos poderes inatos. A justiça social, por excelência, da democracia consiste nessa conquista de igualdade de oportunidade pela educação. Democracia é, literalmente, educação. Há, entre os dois termos, uma relação de causa e efeito. Numa democracia, pois, nenhuma obra supera a de educação. Haverá, talvez, outras aparentemente mais urgentes ou imediatas, mas estas mesmas pressupõem, se estivermos numa democracia, a educação. Com efeito, todas as demais funções do estado democrático pressupõem a educação. Somente esta não é a consequência de democracia, mas a sua base, o seu fundamento, a condição mesmo para a sua existência.

A defesa da escola pública universal, gratuita e laica, defendida pelo educador, recebeu franca oposição da hierarquia católica, à época, como se essa fosse uma posição a serviço do *comunismo*. Só que *comunismo* era exatamente o estado democrático moderno pelo qual o liberal Anísio lutava! A grande ironia foi que, na liderança da luta pela escola pública democrática no Brasil, correlata ao modelo de organização escolar norte-americano, Anísio Teixeira foi atingido pelo anticomunismo visceral, advindo da Guerra Fria, em curso, e aqui foi tratado como perigoso comunista!

Mais adiante, no referido discurso à Constituinte Baiana, é incisivo:

Porque jamais tivemos regime que fosse, na real concepção de Democracia, a integração de todo o povo com o seu Governo; em que não houvesse uma distinção radical entre a classe dominante e o povo, em que não houvesse a classe que se beneficia do Brasil e a que trabalha, pejeja e sofre para a existência dessa outra classe.

De volta ao Rio de Janeiro, Distrito Federal, a partir de 1951, o educador proferiu duas conferências consideradas os pilares de sua ação política em prol da escola pública, na segunda fase (1946-1964) em que atuou como líder da educação pública brasileira. A primeira conferência foi realizada em 1953, e a outra, em 1956.

Embora durante toda a vida, fosse, além de homem de ação, um escritor prolífico e orador brilhante, foi nessas duas conferências que fundamentou, indo a minuciosos detalhes práticos, no entendimento de que a democratização da Nação dependia da construção de um sistema nacional de educação pública e universal e gratuita de qualidade. Ambas as conferências estão publicadas, na íntegra, em seu livro *Educação não é privilégio* (Teixeira, 2007), cuja primeira edição veio a público em 1957. Nele também foi publicado, na íntegra, o texto do Plano Nacional de Educação (PNE) 1963-1970. A aprovação do PNE, em suas linhas

mais gerais, no Congresso Nacional, ocorreu em 1962, ficando para o Conselho Federal de Educação (CFE) a atribuição de detalhá-lo minuciosamente, com vistas à aplicação imediata. Coube a Anísio realizar esse detalhamento, na condição de relator do PNE, enquanto membro do CFE. Aprovado, o PNE começou a ser aplicado em janeiro de 1963, mas logo foi interrompido, em abril de 1964, pelo golpe de estado.

Na conferência pronunciada na Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, em 1953, intitulada *Educação não é privilégio*, ele faz elaborada síntese a respeito da conexão entre democracia e escola pública, ao partir da consideração de que é necessário enfrentarmos, em nossa cultura, a concepção arraigada de que o papel mais importante da escola, seja ela pública ou privada, é a conquista de privilégios.

A referência básica para a apreciação da questão da escola pública universal era, para ele, o ambiente europeu que emergiu da Revolução Francesa de 1789. Daí a afirmar:

Antes desse período, toda educação escolar consistia na *especialização* de alguém, cuja formação já fora feita pela sociedade e em rigor pela ‘classe’ a que pertencia, nas artes escolares, que não era mais que tipos de ofícios intelectuais e sociais.

A formação educacional da maioria da população, antes da Revolução Francesa, não adviria, propriamente, da escola, mas da experiência direta dos indivíduos, a partir dos ensinamentos da família, passados, em geral, de pai para filho, num mundo em que havia a completa exclusão do trabalhador manual da escola. A função da escola era a especialização de um número reduzido de indivíduos privilegiados. A função dela era mais transmitir o conhecimento paralisado no tempo, do que se preocupar com a vida real e com as transformações do mundo. A tarefa da escola era conservar, e essa tarefa ficava a cargo de especialistas, os escolásticos, encarregados de manter a pureza do conhecimento, alheio ao mundo real, segundo o ponto de vista da elite, essencialmente vinculado aos interesses da conservação do poder nas mãos da nobreza e do clero.

E completa:

Quando, na Convenção Francesa, se formulou o ideal de uma educação escolar para todos os cidadãos, não se pensava tanto em universalizar a escola existente, mas em uma nova concepção de sociedade em que privilégios de classe, de dinheiro e de herança não existissem, e o indivíduo pudesse buscar pela escola, a sua posição na vida social. Desde o começo, pois, a escola universal era algo novo e, na realidade, uma instituição que, a despeito da família, da classe e da religião, viria a dar a cada indivíduo a oportunidade de ser na sociedade aquilo que seus dotes inatos, devidamente desenvolvidos, determinassem. (TEIXEIRA, 2009).

A característica marcante de Anísio Teixeira é ser um pensador da educação, a aprofundar-se em detalhes sutis que, na maioria das vezes, passam despercebidos, mas são

essenciais para a construção do projeto educacional da sociedade inteira. A citação a seguir bem esclarece esse ponto:

Há, antes de tudo, uma transformação de conceito, com a criação da nova escola comum para todos, em que a criança de todas as posições sociais iria formar a sua inteligência, vontade e caráter, hábitos de pensar, de agir e de conviver socialmente. Esta escola formava a inteligência, mas não formava o intelectual. O intelectual seria uma das especialidades de que a educação posterior iria cuidar, mas que não constitui objeto dessa escola de formação comum a ser, então, inaugurada.

...

A escola antiga era, com efeito, a oficina que preparava os escolásticos, isto é, homens de escola, homens eruditos, intelectuais, críticos... Objetivos, métodos, processos, tudo passou nela a ser algo de muito especializado e, portanto, remoto, alheio à vida cotidiana e indiferente às necessidades comuns dos homens. (TEIXEIRA, 2009).

E completa, a fim de deixar bem clara a questão essencial do privilégio, que poucas vezes se toca:

Mesmo no ensino primário vamos encontrar a nossa tendência visceral para considerar a educação um processo de preparo de *alguns* indivíduos para uma vida fácil e, em rigor, privilegiada. Como este ensino não chega a formar o 'privilegiado', aquela tendência provoca a deterioração progressiva desse ensino, sobretudo depois que passou ele a contar realmente com esmagadora frequência popular. (TEIXEIRA, 2009).

Tendo sempre enfrentado com firmeza o desafio de exterminar o privilégio na educação, fortemente arraigado em nossa cultura, ele sintetiza, abaixo, o objetivo central a ser conquistado nesse terreno:

O dever do governo – dever democrático, dever constitucional, dever imprescritível – é o de oferecer ao brasileiro uma escola primária capaz de lhe dar formação fundamental indispensável a seu trabalho comum, uma escola média capaz de atender à variedade de suas aptidões e das ocupações diversificadas de nível médio, e uma escola superior capaz de lhe dar a mais alta cultura e, ao mesmo tempo, a mais delicada especialização. Todos sabem quanto estamos longe dessas metas, mas o desafio do desenvolvimento brasileiro é o de atingi-las, no mais curto prazo possível, sob pena de pertermos ao peso de nosso próprio progresso (TEIXEIRA, 2007, p. 65.).

A segunda conferência, intitulada *A escola pública universal e gratuita*, foi proferida em 1956, no Congresso Estadual de Educação Primária, na cidade de Ribeirão Preto-SP. Motivo para o surgimento de longa controvérsia com a igreja católica, essa conferência, pelo que contém de afirmações e princípios colocados de forma precisa e envolvente, pode ser considerada o marco definitivo da luta pela escola pública, em associação com o processo de construção democrática, no nosso país.

A primeira questão colocada pelo conferencista foi sobre a razão por que o Estado deve ter o primado na responsabilidade social pela educação. Nesse sentido, defendeu:

Obrigatória, gratuita e universal, a educação só poderia ser ministrada pelo Estado. Impossível ser confiada a particulares, pois estes somente podiam oferecê-la aos que

tivessem posses (ou a *protegidos*) e daí operar antes para perpetuar as desigualdades sociais, que para removê-las. A escola pública, comum a todos, não seria, assim, o instrumento de benevolência de uma classe dominante, tomada de generosidade ou de medo, mas um direito do povo, sobretudo das classes trabalhadoras, para que, na ordem capitalista, o trabalho (não se trata, com efeito, de nenhuma doutrina socialista, mas do melhor capitalismo) não se conservasse servil, submetido e degradado, mas igual ao capital na consciência de suas reivindicações e dos seus direitos.

Ainda na conferência, Anísio discorreu detalhadamente sobre a evolução da educação pública, desde o Império, para se concentrar no período republicano, no início do qual, ao contrário do que seria de se esperar, operou-se uma regressão, na medida em que a República não conseguiu desencadear, imediatamente à proclamação, o processo de construção democrática associado à expansão da escola pública universal e gratuita. Na década de 1920, dizia ele, mesmo com o surgimento de educadores que começaram a questionar a política colocada em prática pelas classes dominantes, retrocessos ainda aconteciam, como no caso do maior estado da Federação, a saber, o estado de São Paulo, que introduziu a falsa teoria de alfabetização, com a redução das séries do ensino primário.

Com o advento do processo revolucionário de 1930, que trouxe em seu bojo a superação relativa da predominância política dos senhores de terras, pelos pioneiros da industrialização, surgiu, então, a esperança de que a educação avançasse, em razão da necessidade de transformações adequadas ao novo quadro nacional. Saía-se de uma realidade política extremamente restritiva, em que a nação vivia a mercê da, assim chamada, *Política do Café com Leite*, a simbolizar a alternância do poder político nacional entre as elites latifundiárias dos estados de São Paulo e Minas Gerais.

Sobre a reforma educacional de 1931, promovida por Francisco Campos que, ao contrário do que muitos imaginam, não teve qualquer participação de Anísio, este afirma, na conferência de 1956, em Ribeirão Preto:

A reforma educacional de 1931, no ensino secundário, longe de refletir qualquer ideal democrático, consolida o espírito de nossa organização dualista de privilegiados e desfavorecidos. A escola secundária seria uma escola particular, destinada a ampliar a 'classe dos privilegiados'. Nenhum dos seus promotores usa a linguagem nem refletem a doutrina dos educadores democráticos.

A revolução de 1930, nascida das inquietações políticas e democráticas de 1920, fez-se, depois de 1937, reacionária e representou nos últimos oito anos uma reação contra a democracia. Apagou-se no país toda a ideologia popular e mesmo o próprio senso de República, cabendo, por desgraça nossa, à geração formada nesse período conduzir a experiência da democracia renascente em 1946.

Signatário do Manifesto dos Pioneiros de 1932 que, informado pelo espírito da pedagogia da *Escola Nova* nele inseridos, Anísio teve uma atuação marcante na disseminação do programa educacional estabelecido no Manifesto. No entanto, teve de se afastar da direção

da educação no Distrito Federal, em dezembro de 1935, por conta da situação política advinda da derrotada insurreição da Aliança Nacional Libertadora ocorrida em novembro daquele ano. Afastado da educação, Anísio refugiou-se na Bahia, onde passou a década de 1936 a 1945, envolvido em atividades privadas. Retorna à vida pública em 1946, com a ida para a UNESCO, e logo depois, em 1947, a chamado pelo governador eleito Otávio Mangabeira, volta para ocupar a Secretaria de Educação e Saúde, na Bahia, até 1951.

3. A morte de Anísio dentro do contexto político da época

Já se passaram mais de quatro décadas, sem que houvesse esclarecimento definitivo da morte do homem público que mais lutou para a renovação da educação pública brasileira.

Sua contribuição chegou ao auge exatamente no momento do golpe. Aprovado o I Plano Nacional de Educação (1963-1970), pelo Conselho Federal de Educação (CFE), em 1962, a aplicação começou em janeiro de 1963, sendo interrompida em abril de 1964. Anísio não foi apenas o relator do Plano, no CFE, mas o construtor, na década anterior, de todo o suporte administrativo para sua aplicação.

Anísio Teixeira sofreu dura perseguição de todos os regimes autoritários que vigoraram no tempo de sua vida de educador. Com a vitória do golpe militar, em abril de 1964, particularmente, ele foi literalmente arrancado da cadeira de reitor que ocupava na promissora Universidade de Brasília (UnB), após a violenta invasão de tropas federais sobre ela, iniciada a 09 de abril daquele ano. Na ocasião, entraram no campus da UnB tanques de guerra, acompanhados de ambulâncias, como se as forças da ditadura estivessem antevendo uma dura batalha campal.

A capacidade de trabalho de Anísio, juntamente com sua reconhecida habilidade de reunir assessores competentes e empenhados no aperfeiçoamento e atualização da educação pública brasileira, o levou ao ponto de ocupar, simultaneamente, três importantes cargos públicos federais (secretário-geral da Capes, diretor do Inep e reitor da UnB), sem contar que ocupava também a presidência da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), exercida de 1955 a 1959.

A investigação sobre a possibilidade de ter sido vítima do regime militar parte do pressuposto de que havia flagrante incompatibilidade entre ele e os mentores do golpe de 1964, já que as concepções de educação que introduziu no Brasil, sustentavam-se na conexão

entre educação pública e democracia, razão pela qual um de seus principais biógrafos, o conterrâneo Hermes Lima, o considerava *estadista da educação*.

O fato de ter aceitado concorrer à Academia Brasileira de Letras, no início de 1971, com a eleição praticamente assegurada, poderia colocá-lo em condição inexpugnável, se preferisse adotar o confronto direto com regime instalado. Todos que o conheciam, sabiam da grande probabilidade de que colocasse sua corajosa independência intelectual a serviço da luta pela redemocratização do país. E isso poderia transformá-lo em adversário perigoso para o regime, em crise, no início da década de 1970.

Dá ser possível ele estar incluído entre as personalidades que, segundo se dizia, compunham uma lista de 40, consideradas como os principais adversários da ditadura, que teriam sido condenadas à morte, pela insanidade de um grupo de direita liderado pelo contumaz golpista, oficial da Força Aérea, João Paulo Pereira Burnier, então chefe de gabinete do ministro da Aeronáutica Márcio de Souza e Mello (governo Costa e Silva).

Ao que tudo indica, esse grupo passou a ter ampla cobertura superior para radicalizar a repressão política, em seus cargos de comando, principalmente após a doença que afastou o general Costa e Silva da Presidência da República, em agosto de 1969. O presidente morreu, e sua substituição não se deu de acordo com o previsto na Constituição: o vice-presidente civil, Pedro Aleixo, foi impedido de assumir, um sintoma expressivo do agravamento político da situação. A junta militar que assumiu o governo após a morte de Costa e Silva permaneceu até passar o poder para o general Garrastazu Médici (1969-1974), indicado para dar sequência à dinastia militarista em cujo mandato intensificou-se sobremaneira a repressão política.

Em 1963, Burnier fez o curso da *United States Army School of the Americas* (USARSA), no Panamá, mais conhecida como *Escola das Américas*, entidade criada e mantida pelo governo dos EUA, com vistas à formação de militares latino-americanos, que incluía o treinamento em técnicas de tortura, para atender à manutenção dos interesses norte-americanos na Guerra Fria. Segundo o site *Wikipédia*, acessado em 26 de outubro de 2016, o brigadeiro Eduardo Gomes, decano da Aeronáutica, referiu-se a Burnier, em carta dirigida ao Presidente [Ernesto Geisel](#), nos seguintes termos: "um **insano mental** inspirado por instintos perversos e sanguinários, sob o pretexto de proteger o Brasil do perigo **comunista**". A ele é atribuída a concepção do pavoroso *Plano Para-Sar*, que se incluía na estratégia do *golpe dentro do golpe*, ou seja, do endurecimento do regime militar, até mesmo contra alguns próceres do golpe, como o general Mourão Filho e o ex-governador da Guanabara, Carlos

Lacerda. O *Plano* visaria a produzir grandes atentados que, ao serem atribuídos aos comunistas, com auxílio da mídia subserviente, permitiria a eliminação de personalidades influentes do mundo político, escolhidas entre aquelas mais potencialmente capazes de colocar em risco a manutenção do poder na mão dos militares da chamada *linha dura*.

Segundo revela uma longa reportagem da revista *Fatos* (1985), o *Plano Para – Sar* pretendia a realização de atos terroristas no Rio de Janeiro, a serem executados por militares de elite da Aeronáutica. Esses culminariam com a explosão do *Gasômetro* e o rompimento da barragem de Ribeirão das Lajes, que abastece o Rio de Janeiro, cuja responsabilidade seria atribuída imediatamente aos *comunistas*, o que justificaria a eliminação de personalidades políticas de destaque previamente selecionadas. O *Plano* só não fora à frente, por conta da heroica denúncia do capitão da Aeronáutica Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho, muito respeitado dentro do *Para-Sar*, o batalhão da Aeronáutica especializado em operações de salvamento na selva. Apelidado de Sérgio Macaco, o capitão teria fornecido as informações para o pronunciamento do deputado federal Maurílio Ferreira Lima (MDB-PE), feito no dia 1 de outubro de 1968, na Câmara, que denunciou o plano sinistro, supostamente comandado por João Paulo Moreira Burnier. O mandato de Ferreira Lima foi imediatamente cassado, e seus direitos políticos suspensos por dez anos. Preparada preventivamente, já antevendo a reação do governo ditatorial, sua fuga para o exílio na Argélia ocorreu logo após o pronunciamento na Câmara.

Mesmo frustrado o *Plano Para - SAR*, no final de 1968, diz-se que Burnier ainda mantinha a ideia insana de assassinar personalidades escolhidas por seu grupamento de ultradireita. Dentre as personalidades supostamente marcadas para morrer, cinco nomes apareceram na imprensa: general Mourão Filho, Carlos Lacerda, Mário Covas, D. Hélder Câmara, Juscelino Kubitschek e Franklin Martins. Pelo que se dizia, o *Plano Para–Sar* previa a execução de seus condenados mediante o lançamento, de avião, no alto-mar.

Sem contar com o possível assassinato de Anísio, que ainda está em investigação, foram dezoito os militantes políticos mortos em instalações militares, sob tortura, ou em circunstâncias de enfrentamento violento com forças do regime, no Rio de Janeiro, durante o ano de 1971.

Nos primeiros meses de 1971, Burnier ainda detinha muito poder, porquanto ocupava o cargo de comandante da III Zona Aérea, no Rio de Janeiro e assessorava, em questões de inteligência, no objetivo do recrudescimento da repressão política, o general Syzeno

Sarmento, chefe do I Exército, no Rio de Janeiro. Tanto que constava das atividades de Burnier a elaboração diária de um relatório dos acontecimentos, dirigido ao general.

Em janeiro de 1971 deu-se o desaparecimento do deputado Rubens Paiva. Em março do mesmo ano, desaparece Anísio, e em maio, morre, também sob tortura, Stuart Angel Jones. Foram mais 16 casos de mortos ou desaparecidos políticos, no Rio de Janeiro, no ano de 1971. No mês de outubro, no entanto, o oficial Burnier foi subitamente levado a optar pela reserva, diz-se que em razão de pressões supostamente exercidas pelo Departamento de Estado norte-americano, por conta da repercussão do assassinato de Stuart Angel Jones, que também possuía a cidadania norte-americana.

4. Três décadas de investigação sobre a morte de Anísio Teixeira

Diante da versão pouco convincente sobre a morte do educador, estabelecida pela imprensa submissa aos interesses da ditadura militar, a investigação independente pouco avançou, de 1971 a 1988, até que, no dia 17 de dezembro de 1988, uma informação fornecida, em *off*, ao autor, pelo então senador Luiz Viana Filho, mudou completamente o panorama. Disse ele que obtivera de alta fonte militar, a pedido da família do educador, logo após seu desaparecimento, a informação de que Anísio prestara depoimento, em instalação da Aeronáutica, no Rio de Janeiro, em momento posterior ao que, por suposto, de acordo com a versão oficial, deveria ter ocorrido o suposto acidente no fosso do elevador do edifício, próximo ao meio dia 11 de março de 1971.

A ser verdadeira a versão do senador, comprovar-se-ia-se que foi armada uma farsa, a fim de retirar a responsabilidade pela morte do educador daqueles que o teriam levado para um interrogatório na Aeronáutica. A informação de Luiz Viana Filho forneceu a contribuição essencial para a confirmação, que se dá no presente momento, de que a morte de Anísio Teixeira, de fato, não se deveu a um acidente de elevador.

A intenção do autor, quando se dirigiu ao encontro solicitado pelo senador Luiz Viana Filho, era entrevistá-lo, com a finalidade de publicar seu depoimento no livro que, à época, estava sendo organizado na Fundação Anísio Teixeira. A obra pretendia incluir depoimentos de importantes educadores e personalidades da cultura e da política brasileira, sobre a vida e obra de Anísio Teixeira, no momento em que a Fundação que levaria o seu nome encontrava-se em processo de instalação na Bahia, concluído em 21 de setembro de 1989.

Intitulada *Anísio em Movimento: a contribuição de Anísio Teixeira para a educação e a cultura no Brasil*, a primeira edição da obra foi lançada em 1992. Depois, o livro ganhou

uma segunda edição, de fato uma reimpressão, a cargo da Editora do Senado Federal, em 2002, incluída em sua prestigiosa Biblioteca Básica Brasileira.

Naturalmente, não foi colocada no livro a contribuição do senador Viana Filho, dada em forma de entrevista, na medida em que, segundo confessou, ele próprio estava preparando uma biografia do educador. O convite dirigido ao autor, segundo afirmou, era para que fosse cedido ao senador o material inédito, recolhido em Caetité durante a pesquisa, então recente, que feita pelo autor, com Laura Mônica Amaral Baleeiro, às expensas do Instituto Anísio Teixeira, órgão vinculado ao governo do Estado da Bahia.

A entrevista gravada com o senador, em dezembro de 1988, só veio a público mais tarde, incluída no livro que o autor publicou em 2014, com o título *Anísio Teixeira e a Cultura*. A obra biográfica de Luiz Viana Filho, intitulada *Anísio Teixeira: a polêmica da educação*, por sua vez, foi lançada em 1990, pouco tempo depois de sua morte, ocorrida em junho daquele ano.

Curiosamente, ele havia solicitado à Fundação Anísio Teixeira fotos do arquivo da entidade para incluir na biografia. Encerrado o trabalho editorial do livro, imediatamente o senador veio a falecer. Uma dessas fotos que, segundo sua família, foi a última do educador em vida, na qual está de óculos, tirada em seu sítio de Itaipava, foi exatamente a que serviu para elucidar a farsa da queda no fosso do elevador!

Verificou-se que Anísio usava, no momento da morte, os mesmos óculos da foto que a Fundação forneceu ao senador, incluída em seu livro. São os mesmos óculos de lentes grossas, de vidro, encontradas intactas sobre uma das vigas de suporte do elevador do prédio residencial de Aurélio Buarque de Holanda. As faces superiores dessas vigas situam-se a pouco mais de um metro e meio acima do platô de concreto onde o corpo de Anísio foi colocado, a fim de simular uma queda. O exame da foto revela que quem transportou o corpo de Anísio para lá, depositou, distraidamente, os óculos sobre a face superior da viga.

Em suma, a iniciativa de entrevistar Luiz Viana Filho rendeu a mais decisiva prova para desmascarar a farsa da queda de Anísio no fosso do elevador. Ironicamente, a comprovação cabal, de que a morte dele não decorreu de acidente ou empurrão criminoso para dentro do fosso do elevador, foi fornecida por um personagem dos mais ligados ao golpe e ao regime militar, a saber, o senador Luiz Viana Filho, que ocupou a chefia da Casa Civil de Humberto de Alencar Castelo Branco, o primeiro dos presidentes do período ditatorial pós-1964.

Na visita do autor ao senador, em dezembro de 1988, ele confessou, pedindo reserva, ter conhecimento da informação de que Anísio prestou depoimento na Aeronáutica, após desaparecer na Rua Praia de Botafogo, próximo ao meio dia de 11 de março de 1971. Embora tivesse recomendado a não divulgação da informação crucial, a impressão era que de que o senador tinha convicção da necessidade de passar a alguém a versão verdadeira sobre a morte de Anísio, embora não desejasse assumir que ele próprio era a fonte. Sua opinião ainda mais se confirma, porquanto ele fez questão de dizer que se lembrava nitidamente da conversa telefônica com seu informante militar, por associá-la aos dias finais de seu mandato de governador da Bahia, ocorrido a 15 de março de 1971, isto é, três ou quatro dias depois da conversa telefônica que lhe deu a informação sobre a passagem de Anísio por interrogatório na Aeronáutica. Naturalmente, o autor manteve o compromisso assumido de não publicar aquela valiosa informação, por um bom tempo, mesmo após a morte do senador, ocorrida em junho de 1990.

Era de se imaginar que Luiz Viana Filho fosse colocar algo mais do que incluiu sobre a morte de Anísio na biografia que fez, mas tal não aconteceu, o que pode significar que optou por não romper a fidelidade aos golpistas de 1964. De qualquer modo, o que aparece no livro é algo que, de forma nenhuma, pode ser entendido como um aval à versão enganadora, sustentada pela afirmação de morte acidental. Sutilmente, o senador se exime da responsabilidade pela versão falsa sobre a morte. Afirma, pois, Viana Filho, em sua biografia de Anísio:

Anísio morrera caído no poço (sic) do elevador do edifício para o qual se dirigira. Ninguém vira nada. Era a tragédia sem testemunhas, e sobre ela pairavam todas as conjecturas e todas as interrogações. Esquecidos de haver ele próprio dito vivermos num universo de acidente e sorte, onde não havia lei nem justiça, muitos não admitiam haver sido uma simples fatalidade. O advogado Marcelo Cerqueira, criminalista conceituado, acompanhou o inquérito para apurar os pormenores da tragédia que ninguém presenciara, e sobre a qual dúvidas se alastravam. Concluiu-se haver sido um acidente. Uma armadilha do destino” (VIANA FILHO, 1990, p. 204-205).

No ano seguinte ao da entrevista de Luiz Viana Filho, provavelmente em março de 1989, o Acadêmico Afrânio Coutinho, médico baiano e destacado crítico da literatura brasileira, veio a Salvador para proferir uma palestra na Academia de Letras da Bahia. Com o intuito de conseguir seu depoimento para o livro *Anísio em movimento*, o autor solicitou-lhe uma entrevista. Em meio à entrevista, de súbito ele pediu para desligar o gravador, ao tempo em que solicitou a aproximação do casal que o hospedava, dizendo que iria fazer uma confissão especial sobre assunto a respeito do qual nada ainda havia divulgado.

Primeiro, confessou que fora ele, junto com os acadêmicos Paulo Carneiro e Clementino Fraga Filho, responsável por convencer Anísio a se candidatar a uma vaga na ABL. Aceita a candidatura, o educador encontrava-se em plena campanha para a Academia, em março de 1971. Disse, em seguida, que Anísio disse-lhe que iria aproveitar a ida à Fundação Getúlio Vargas do Rio, na Rua Praia de Botafogo, onde pronunciaria uma conferência, na manhã de 11 de março, para, em seguida, ir a um almoço na residência do acadêmico Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, quando o pedido do voto para a ABL seria a ele formalizado. Tendo saído a pé da FGV, disse Afrânio que o educador não chegou à residência de Aurélio, situada na mesma rua, a 700 metros de distância. Na opinião de Afrânio, Anísio deve ter sido sequestrado, durante o percurso interrompido.

Logo que o desaparecimento foi constatado, iniciou-se nervosa movimentação de familiares e amigos, em busca de informações sobre o paradeiro do educador. Ao tomar conhecimento do ocorrido, ele Afrânio Coutinho dirigiu-se para o Edifício Duque de Caxias, para onde Anísio teria se dirigido, e lá solicitou a moradores que lhe telefonassem, caso tivessem alguma novidade relacionada com o desaparecimento do educador.

No final da tarde do dia 13 de março, um morador do edifício telefonou a Afrânio, dizendo-lhe que, ao perceberem um rabeção que passava em frente ao edifício, moradores pediram para que recolhesse o cadáver encontrado no fundo do fosso de um dos elevadores do prédio. Pela descrição do corpo, Afrânio certificou-se de que era o de Anísio.

Disse Afrânio que se dirigiu, imediatamente, na companhia do também médico e acadêmico Clementino Fraga Filho, para o Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro. O objetivo era aguardar o corpo de Anísio, para acompanhar a realização da necropsia. Afirmou ter presenciado a colocação do corpo sobre a mesa de exame do IML e observou a particularidade de que estava etiquetado com um nome que não era o de Anísio que não se lembrava do nome na etiqueta, naquele momento², mas que seria o de um oficial das Forças Armadas que se suicidara nas imediações da Praia de Botafogo.

Afirmou, ademais, ter escrito extenso relato sobre o acontecido, que deixara sob a guarda da Academia Brasileira de Letras, com a autorização expressa de que só fosse divulgado 50 anos à frente, isto é, em 2021. Justificou que o cuidado era devido ao receio de

² Trata-se do oficial de Marinha João Carlos de Freitas Raulino, que teria se suicidado, ao se lançar de seu apartamento situado nas proximidades do edifício onde o corpo de Anísio foi encontrado.

represálias sobre si, pois acreditava que Anísio havia sido sequestrado por militares, e que ele havia lhe revelado que recebera telefonemas contendo ameaças de morte.

Foram feitas diversas tentativas, junto à direção da Academia Brasileira de Letras, no sentido de que desse acesso a esse relato de Afrânio, mas ela nega, peremptoriamente, que o tenha, ou que ele tivesse estado sob sua guarda. O depoimento de Afrânio Coutinho veio a fortalecer a convicção de que o caminho da investigação deveria iniciar-se com o exame da possibilidade, ou não, de que a queda do educador no fosso do elevador fosse acidental ou fosse criminosa, para, depois, ser feita a busca dos demais detalhes sobre a morte do educador.

Foram examinadas notícias sobre a morte de Anísio na imprensa carioca, à época, com destaque para a longa matéria do jornal *Última Hora*, aparecida na edição de 15 de março de 1971, que contém uma entrevista do comissário Ito Limoeiro, encarregado do trabalho pericial no momento em que o cadáver foi encontrado. A matéria inclui interessante análise comparativa, a cargo daquele investigador, sobre as possibilidades de acidente ou de homicídio, à luz dos dados recolhidos pela perícia.

Sustentado nas afirmações de Luiz Viana Filho e Afrânio Coutinho, o autor permaneceu atento, a partir de 1989, a todo sinal que pudesse auxiliar no esclarecimento da morte de Anísio Teixeira, na medida em que, naquela altura, a versão oficial da ditadura, diante do que afirmaram os dois entrevistados, estaria a ponto de perder completamente sua base de sustentação. O problema é que nenhum dos dois se dispusera a sustentar publicamente a denúncia.

A fim de fundamentar a versão da ditadura, a imprensa, à época do desaparecimento, chegou a difundir uma hipótese, inverificável por princípio, de que Anísio, após ter entrado no prédio residencial de Aurélio Buarque de Holanda e subir pelo elevador, errara de andar e, ao refazer a chamada do elevador, este não se posicionara no andar em que o educador estava.. Ora, se não havia prova sequer de que Anísio houvesse entrado no prédio de Aurélio, conforme verificou a família do educador, como poderia alguém afirmar qualquer coisa de certo sobre o que poderia ter ocorrido com ele no interior desse prédio?

Uma questão intrigante, verificada durante a pesquisa, foi o desaparecimento, constatado pelo autor, tanto do laudo policial relativo ao momento do encontro do cadáver de Anísio, em que estaria o registro fotográfico da perícia, quanto do auto de exame cadavérico do IML e da análise pormenorizada, a cargo do investigador Ito Limoeiro, da 10ª Delegacia

de Polícia do Rio de Janeiro. Recolhidas as novas e preciosas informações contidas nos depoimentos de Luiz Viana Filho e de Afrânio Coutinho, a investigação ficou praticamente paralisada, principalmente por conta de que, mesmo os meios políticos que se empenham em esclarecer as mortes e desaparecimentos ocorridos durante o período da ditadura militar não encontravam razões para incluir Anísio como um perseguido pela ditadura. Mesmo diante das perseguições que sofreu, imediatamente após a deflagração do golpe militar, com o afastamento definitivo de sua influência do educador na definição dos rumos da educação brasileira.

O autor encontrava-se em Brasília, no dia 12 de agosto de 2012, quando, por mera casualidade, fui convidado pelo Professor Remi Castioni, da Faculdade de Educação da UnB, para assistir à solenidade de lançamento da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade, da UnB, que ocorreria na manhã daquele dia. A Comissão da UnB nascia na esteira do movimento lançado pelo governo Dilma Rousseff, que instituiu a Comissão Nacional da Verdade, com o objetivo de levantar o véu sobre a história recente da repressão política no Brasil, especialmente no período da ditadura militar de 1964. As reações dos meios militares a essa iniciativa presidencial tornaram-se visíveis, tanto por conta da influência de remanescentes do grupo que atuou diretamente na realização das torturas e mortes, quanto porque fortaleceu-se o espírito de corpo, mesmo entre os militares mais jovens, alimentado por um falso conflito civil-militar, agravado pelo ressurgimento de um segmento político com tendência política fascista, hoje em crescimento na sociedade brasileira.

Ser membro do Conselho Curador da Fundação Anísio Teixeira, na Bahia, foi o pretexto usado pelo Professor Remi, naquela solenidade, para solicitar ao Reitor José Geraldo de Souza Júnior, à frente da cerimônia, que desse a palavra ao autor, ao final dos trabalhos de instalação da Comissão da Verdade da UnB. Foi importante a iniciativa de informar os presentes sobre os novos indícios a respeito da morte do educador, não divulgados até então. O autor enfatizou que não possuía provas materiais, mas acreditava oportuno trazer a público as informações recolhidas durante a pesquisa que realizou, no sentido de que isto pudesse contribuir para o completo esclarecimento, no futuro, sobre a morte trágica de um dos idealizadores da Universidade de Brasília.

A repercussão do pronunciamento na UnB foi surpreendentemente grande. Na mesma proporção, crescia a sensação de insegurança individual do autor, pois havia trazido a público informações graves, reunidas durante anos, que atingia em cheio o núcleo violento dos algozes do regime militar, muitos deles ainda vivos, livres e sustentados por organizações

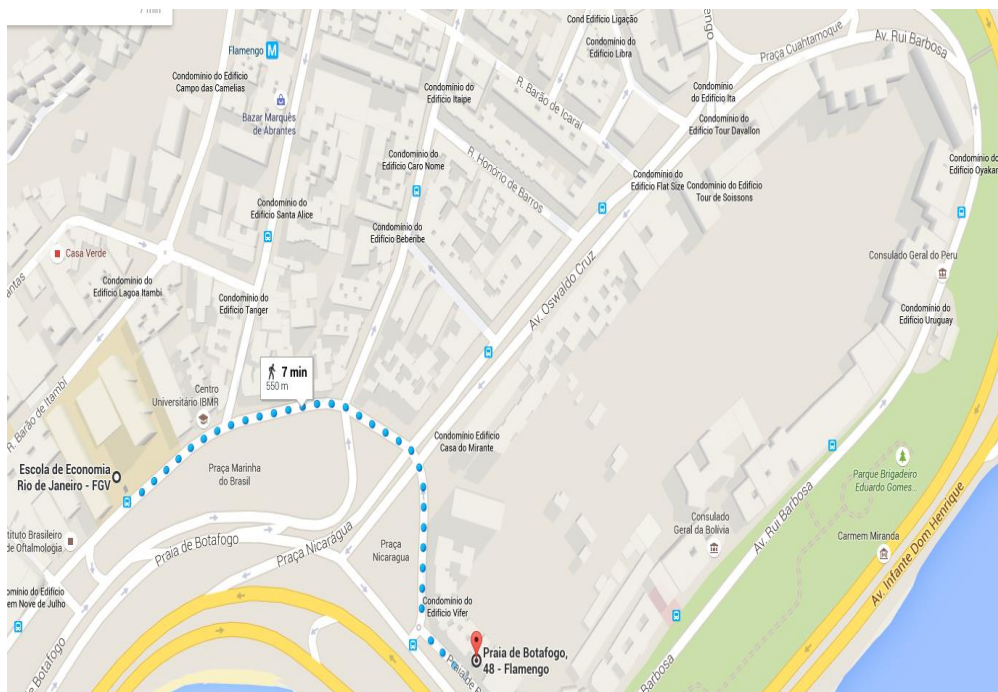
defensoras da ditadura. Muitos deles ainda fazem apologia da tortura que foi largamente utilizada contra os democratas que se opuseram, até com o sacrifício de suas vidas, à tomada do poder pela força e as consequências da prática de crimes imprescritíveis, praticados pelo ilegítimo estado ditatorial brasileiro, que vigorou de 1964 a 1985.

Uma consequência da denúncia feita em Brasília foi a imediata revelação de uma informação de valor inestimável, guardada pela família do educador. Segundo ela, o professor e poeta mineiro, ex-ministro da educação Abgar Renault, velho amigo de Anísio, também envolvido na busca de explicação sobre seu paradeiro, teria levado a Paulo Alberto Monteiro de Barros (Artur da Távola), então genro do educador, uma informação que confirmava inteiramente a que foi revelada pelo senador Luiz Viana Filho, em 1988. Abgar teria comunicado à família do educador que, após o desaparecimento de Anísio, em 11 de março de 1971, o educador estivera detido para averiguações em instalação da Aeronáutica, no Rio de Janeiro. E acrescentou algo por demais importante, isto é, que quem lhe deu a informação, em telefonema, fora, ninguém mais ninguém menos que o poderoso general Syzeno Sarmento, criador dos Destacamentos de Operações de Informações - Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), então comandante do I Exército, no Rio de Janeiro. Afirmou, ademais, Abgar que, segundo a conversa tida com o general Sarmento, este lhe assegurou que Anísio não demoraria a ser liberado.

São duas afirmações independentes, dadas pelos acadêmicos Luiz Viana Filho e Abgar Renault, ambos ligados, politicamente, aos golpistas de 1964, segundo as quais o Anísio esteve detido para averiguações, em instalação da Aeronáutica, no Rio de Janeiro, após o momento em que, segundo a versão oficial, ele já teria caído no fosso do elevador do prédio de Aurélio Buarque. Isso contribuiu para aumentar enormemente a probabilidade de que a versão oficial da ditadura fosse falsa, embora ainda não se tivesse uma prova cabal.

Pela primeira vez surgiam, portanto, informações sobre indícios concretos da participação de militares na morte do educador. Por essa razão, resolvemos, Carlos Antonio Teixeira (filho do educador), Haroldo Borges Rodrigues Lima (sobrinho-neto de Anísio) e o autor, organizar um memorial contendo todas as informações reunidas sobre a morte de Anísio, com o objetivo de instar a Comissão Nacional da Verdade a abrir investigação sobre o assunto. Em consequência dessa iniciativa, no dia 06 de novembro de 2012 a CNV recebeu o memorial, em solenidade realizada na capital federal, assumindo o compromisso de investigar a morte do educador.

A análise da CNV, embora não conclusiva, forneceu fundamentação para a tese apresentada, de que o educador não morreu em consequência de queda em fosso do elevador do Edifício Duque de Caxias, no Rio de Janeiro.



Trajeto que Anísio Teixeira pretendia percorrer, a pé, no dia de seu desaparecimento

Na investigação levada a efeito pelo autor, desde 1988, duas vertentes foram exploradas: a primeira teve o objetivo de verificar se Anísio morreu, ou não, no Edifício Duque de Caxias, para onde se dirigiu no final da manhã do dia 11 de março de 1971, e a segunda teve por finalidade verificar seu possível assassinato. Caso fosse confirmada a hipótese da queda no fosso, seria necessário descobrir se ela teria sido acidental, ou se alguém empurrara o educador para o fosso. Caso verificada a falsidade da hipótese da queda no fosso, a segunda vertente visaria descobrir como a morte, obviamente por assassinato, teria ocorrido, além dos autores, da motivação e do local da morte etc.

Para o desenvolvimento da primeira vertente, que agora já pode ser dada como concluída, a primeira questão seria saber se o educador chegara, ou não, ao prédio onde morava Aurélio Buarque de Holanda. No memorial entregue à CNV, mostra-se que, através de investigação privada, levada a cabo pela família do educador, com a ajuda de experiente policial de sua confiança, não foi encontrada qualquer testemunha que atestasse a entrada de

Anísio no prédio. Ademais, Aurélio Buarque também atestou, para a família, que o educador não chegou para o almoço em sua residência.

O corpo de Anísio foi encontrado no final da tarde de 13 de março de 1971, no fundo do fosso de um dos elevadores sociais do prédio, exatamente o que serve ao bloco onde morava Aurélio.

A primeira vertente da investigação, motivo deste trabalho, foi esgotada, com base no material colhido na investigação da CNV, aqui incluído. Anísio não morreu, portanto, em consequência de queda, acidental ou criminosa, no fosso do elevador do edifício Duque de Caxias, Rio de Janeiro, no dia 11 de março de 1971.

A segunda vertente, por sua vez, desenvolve-se a partir da informação que foi dada ao autor, pelo então senador Luiz Viana Filho. Segundo o senador, uma autoridade militar havia lhe dado a informação certa, por telefone, segundo a qual Anísio Teixeira estivera em instalação da Aeronáutica, após ter desaparecido no dia 11 de março de 1971, submetido a averiguações. A declaração do senador é reforçada pela a informação fornecida pelo educador mineiro Abgar Renault, que pediu à família do educador para ficar despreocupada, pois a informação lhe teria sido passada pelo general Syzeno Sarmiento.

As duas vertentes, que tiveram desenvolvimento independente, uma da outra, convergem para o fortalecimento da hipótese, ainda não verificada, do assassinato político de Anísio. Tudo indica que, após a morte, o corpo foi levado para o Edifício Duque de Caxias e colocado no fundo do fosso do elevador social, com o possível adicionamento, posterior à morte, de lesões ao corpo, a fim de fazer parecer que a morte fora devida a uma queda.

O que este trabalho revela, baseia-se na contribuição da CNV, que teve o mérito de recuperar parte significativa do laudo pericial, particularmente no que se refere ao momento recolhimento do corpo de Anísio Teixeira, a cargo do Comissário Ito Limoeiro, da 10ª D. P., em 13 de março de 1971, e a necrópsia, feita realizada no IML do Rio de Janeiro. O autor não teve acesso direto ao laudo policial completo, no entanto, a parte que chegou a suas mãos, via meio eletrônico, particularmente as fotografias e o Auto de Exame Cadavérico do IML, entregues à família do educador pela CNV. Forneceram a base para o esgotamento completo da primeira vertente da investigação. Uma novidade, revelada pelo Auto, é que a morte de Anísio ocorreu no dia 12 de março de 1971.

O corpo de Anísio foi encontrado sobre um platô situado meio metro acima do fundo do fosso de um dos elevadores sociais do Edifício Duque de Caxias, exatamente o que fica no

bloco em que se situa o apartamento (nº 42) então pertencente ao dicionarista Aurélio Buarque de Holanda Ferreira.

As fotografias, a seguir, mostram aspectos relevantes para a construção da prova apresentada neste trabalho, de que o corpo de Anísio foi colocado no fundo do fosso do elevador social do bloco onde fica o apartamento de Aurélio Buarque de Holanda.



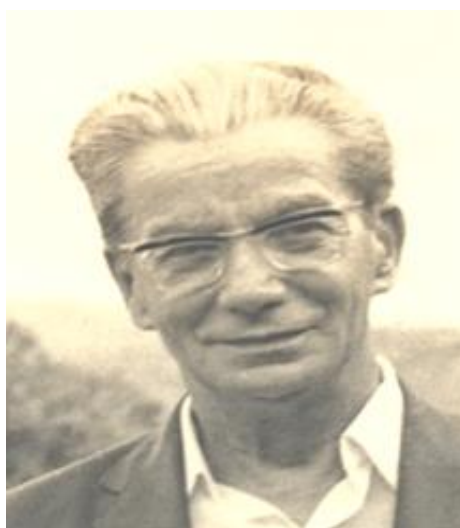
Vista superior das vigas de suporte do elevador social, destacando-se os óculos intactos sobre uma das vigas e a portinhola de acesso ao fundo do fosso



Anísio Teixeira fotografado em seu sítio de Itaipava



Detalhe dos óculos sobre viga de suporte do elevador



Os óculos são os mesmos encontrados sobre a viga de suporte do elevador

5. A falsa versão afinal desmontada

As evidências aqui reunidas asseguram que Anísio morreu em outro local que não aquele em que seu corpo foi achado. Levado para o Edifício Duque de Caxias, o corpo foi introduzido no prédio, muito provavelmente, através de uma das portas de correr das garagens do prédio, capazes de permitir a entrada, independentemente de controle do porteiro.

Depois de passar pela portinhola que, no subsolo do edifício, dá acesso ao espaço sob as vigas de suporte do elevador social, quem transportou o corpo de Anísio Teixeira o colocou sobre um platô situado meio metro acima do fundo do fosso do elevador social do bloco em que residia Aurélio Buarque de Holanda. As fotografias, aqui publicadas evidenciam que o educador não caiu acidentalmente, nem muito menos foi lançado criminosamente para dentro do fosso. A morte ocorreu, de fato, em outro lugar que não o fundo do fosso de um elevador no edifício Duque de Caxias.

A importância da descoberta ora divulgada está em que permite colocar a investigação em novo patamar, já que não há mais dúvida de que foi simulado o acidente sobre o qual a versão oficial da morte foi montada. Pelo que sugerem os dados apresentados, a hipótese mais provável, ainda a ser verificada, é que o educador foi sequestrado, no trecho entre a Fundação Getúlio Vargas e o prédio onde residia Aurélio Buarque de Holanda. Levado em seguida para incerta instalação da Aeronáutica, no Rio de Janeiro, teria sido submetido a interrogatório. Após ser assassinado, provavelmente sob tortura, foram acrescentadas lesões ao cadáver, para fazer crer que o educador sofreu uma queda fatal.

Com toda precisão, apresentam-se, neste trabalho, as provas que asseguram a falsidade da versão oficial para a morte de Anísio. Os fortes indícios que apontam no sentido do eu assassinato político, no entanto, são somente descritos, com a intenção de que venham suscitar o aparecimento de testemunhas e provas capazes de auxiliar o exame da hipótese de assassinato, aqui aventada.

A investigação sobre a possibilidade de Anísio ter sido vítima do regime militar parte do pressuposto de que havia flagrante incompatibilidade entre ele e os mentores do golpe de 1964, já que as concepções de educação que introduziu no Brasil, sustentadas na conexão entre educação pública e democracia, pouco tinham a ver com o caráter anti-democrático e autoritário dos governos da ditadura. Tanto que um dos principais biógrafos de Anísio, seu conterrâneo Hermes Lima, o chamava com muita propriedade de *estadista da educação*.

O fato de ter aceitado concorrer a uma vaga da Academia Brasileira de Letras, no início de 1971, com a eleição praticamente assegurada, poderia colocá-lo em condição inexpugnável, caso viesse a adotar atitudes de confronto aberto com regime instalado, que o perseguiu com inquéritos policiais militares, sem qualquer consequência, mas que serviram de pretexto para sua aposentadoria compulsória do serviço público, aos 64 anos de idade. Todos que o conheciam, sabiam da grande probabilidade de que colocasse sua corajosa independência intelectual a serviço da luta pela redemocratização do país. E isso poderia transformá-lo em adversário perigoso para o regime, em crise, no início da década de 1970.

6. Conclusão

Os argumentos acima apresentados, a partir da recuperação recente de fotografias do corpo de Anísio no local do acidente e do Auto de Exame Cadavérico do IML, que estavam desaparecidos, desmontam, inapelavelmente, a farsa da morte de Anísio Teixeira em consequência de uma queda (nem acidental, nem criminosa), no fosso do elevador do bloco do Edifício Duque de Caxias em que ficava o apartamento do dicionarista Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, na Praia de Botafogo, 48, Rio de Janeiro. O que se prova neste trabalho, é a impossibilidade de que o corpo, da forma como atestam os registros fotográficos, tenha caído no fosso. De fato, o corpo foi levado para lá, e colocado sobre um platô, a meio metro do fundo do fosso do elevador social. Com essa verdade estabelecida, a continuidade da investigação deverá incorporar as evidências colhidas pelo autor, que reforçam a possibilidade de que Anísio tenha sido assassinado, tendo seu assassinato ocorrido em instalação militar no Rio de Janeiro, entre os dias 11 e 12 de março de 1971.

7. Referências

1. Azevedo et al **Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.
2. Rocha, J. A. L., Org., **Anísio em Movimento – as lutas de Anísio Teixeira pela educação e pela cultura no Brasil**, Brasília: Coleção Biblioteca Básica Brasileira, Editora do Senado Federal, 2002.
3. Teixeira, A. S. **Educação não é privilégio**, 6ª ed., Rio: Editora da UFRJ, 2007.
4. Teixeira, A. S. **Autonomia para educação na Bahia**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.11, n.29, jul./ago. 1947. p. 89-104.
5. Última Hora. **Emoção no sepultamento do Mestre**. Rio de Janeiro, 15 mar. 1971.

6. **O paraquedista que evitou um banho de sangue.** Revista Fatos, número 15, Rio de Janeiro, 1 de julho de 1985; <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R04927.pdf>, acesso: dia 24/7/2016, às 17h30min.
7. Viana Filho, L. **Anísio Teixeira: a polêmica da educação**, Rio: Nova Fronteira, 1990.